

## **INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO DO CEBDS**

Ana Luísa Vieira de Azevedo - Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais/Área B (Pesquisas Sociais e Amostragem de Dados) pela ENCE/IBGE, Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) por IFCS/UFRJ e Bacharel em Ciências Sociais por IFCS/UFRJ.

Contato: al\_va@ig.com.br e analuisa.azevedo@bol.com.br

“A conduta é um espelho no qual todos exibem sua imagem.”

Goethe

### **Resumo**

Este artigo se baseia na dissertação de Mestrado da autora em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, realizada na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), vinculada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo teve como objetivo avaliar o Relatório de Sustentabilidade Empresarial (RSE) produzido pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), divulgado no ano de 2002.

A escolha do Relatório de Sustentabilidade Empresarial do CEBDS, como objeto de pesquisa, foi em função deste relatório representar uma iniciativa de um grupo de empresas organizado para a disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Desta forma, foi realizado um levantamento de quais indicadores as empresas disponibilizaram neste relatório, observando a frequência com que os mesmos foram usados, considerando também se estas empresas disponibilizaram dados quantitativos e qualitativos e quais destes tipos de informações foram mais divulgadas.

Assim, foram consideradas na análise as dimensões econômicas, sociais e ambientais, a fim de se observar como as empresas participantes do relatório expressam suas práticas em prol do desenvolvimento sustentável.

Considera-se que a divulgação de bons indicadores de sustentabilidade demonstra de forma eficaz o comprometimento das empresas em relação à questão.

### **Palavras- Chave**

1. Indicadores de Sustentabilidade Empresarial. 2. Relatório de Sustentabilidade Empresarial. 3. CEBDS.

### **Introdução**

O meio empresarial se depara atualmente com diversas questões que não se restringem meramente ao âmbito econômico. Além de mudanças nos próprios padrões de consumo existe uma conjugação de fatores que indicam que as empresas não podem mais se preocupar simplesmente com o lucro.

As atividades empresariais não se restringem apenas ao âmbito econômico, possuem também significativo efeito no meio ambiente e na sociedade. As atividades de produção industriais, quando feitas sem preocupação ambiental, podem contribuir para aumentar a poluição do ar, das águas e do solo, ocasionar mudanças climáticas, gerar lixo tóxico, dentre outros impactos ambientais. Da mesma forma, a atuação de uma empresa afeta seus acionistas, funcionários, fornecedores, consumidores e também a comunidade da região em que se localiza, constituindo toda uma rede de *stakeholders* (grupos de interesse).

Seja por um processo de conscientização em assumir uma postura pró-ativa, seja pela pressão do próprio mercado e das leis governamentais, já há no Brasil um segmento de empresas que considera importante assumir em suas diretrizes a preocupação com a temática do desenvolvimento sustentável. Estas empresas passam a adotar estratégias que consideram a preservação ambiental, a transparência das ações empresariais, a responsabilidade com o crescimento econômico do país e o compromisso com o bem estar social.

Desta maneira, a dimensão ambiental passa a ser vista, por estas empresas, sob o prisma do desenvolvimento sustentável, incorporando em seu debate as dimensões econômica e social, aliando a idéia de crescimento econômico com preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida da população.

Neste sentido, já são publicadas em relatórios periódicos informações das ações destas empresas que consideram a questão da sustentabilidade. Apesar de já existirem alguns modelos<sup>1</sup> que sugerem indicadores para serem utilizados pelas empresas que desejem demonstrar suas ações em prol do meio ambiente e do social, não se dispõe ainda de um banco de dados satisfatório de indicadores empresariais que possam ser mensurados e acompanhados ao longo do tempo.

O presente artigo se baseia na dissertação de Mestrado<sup>2</sup> da autora em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. O estudo desenvolvido na dissertação buscou realizar uma avaliação do Relatório de Sustentabilidade Empresarial (RSE) produzido pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

A escolha do Relatório de Sustentabilidade Empresarial do CEBDS, como objeto de pesquisa, foi em função deste relatório representar uma iniciativa de um grupo de empresas organizado para a disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável no Brasil.

O objetivo foi observar se as empresas obedeceram algum tipo de padronização na divulgação de seus dados, identificando quais foram os indicadores disponibilizados e a frequência em que foram usados. Também foi avaliada a forma de apresentação das informações no relatório, observando se eram quantitativas e/ou qualitativas.

A pesquisa foi desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro, sendo de cunho qualitativo e quantitativo. O desenvolvimento do estudo envolveu o levantamento da bibliografia pertinente ao tema, a análise das informações disponíveis no Relatório de Sustentabilidade Empresarial (RSE) produzido pelo CEBDS e a realização de entrevistas<sup>3</sup>.

Para a análise do relatório foi construído um banco de dados para posterior confecção de tabelas e gráficos das informações trabalhadas. Os programas computacionais utilizados foram Excel e SPSS.

## **1 – Empresas e a questão do desenvolvimento sustentável**

De acordo com Almeida (2002), uma empresa para ser sustentável deve buscar em todas as suas ações e decisões a ecoeficiência, procurando produzir mais e com melhor qualidade gerando menos poluição e utilizando menos recursos naturais. A empresa que é partidária dos princípios da sustentabilidade deve ainda ser socialmente responsável, assumindo que está imersa num ambiente social em que influi ao mesmo tempo em que sofre influência. A motivação dos líderes empresariais deve ser respaldada numa visão de longo prazo, em que se leve em consideração os custos futuros e não somente os custos presentes.

Vinha (2003) destaca que um número cada vez maior de empresas passou a perceber que o custo financeiro da redução do passivo<sup>4</sup> ambiental, como também a administração dos conflitos sociais, pode acabar tendo um custo mais alto do que a decisão de respeitar os direitos humanos e o meio ambiente. A opção da empresa de ignorar as dimensões ambiental e social prejudica a imagem que a opinião pública tem sobre a corporação, dificultando inclusive a implementação de novos projetos e a renovação de contratos.

O debate acerca da questão da sustentabilidade permeia diversos setores da sociedade e o setor empresarial também se posiciona em relação ao tema. Contudo esta preocupação com o meio ambiente e com o social não se constitui numa regra geral para todos os segmentos empresariais.

Azevedo (2003), em trabalho anterior, ressalta que ainda que algumas empresas demonstrem em suas diretrizes que sempre procuraram considerar a proteção ambiental, ao longo do tempo a maioria das empresas manteve suas políticas voltadas apenas para ganhos econômicos, com posturas predatórias em relação à natureza.

Partilha-se inclusive da mesma opinião de Vinha (1999) ao se considerar este processo de transformação no meio empresarial na incorporação do desenvolvimento sustentável, como uma convenção e não como um dogma. O sentido de convenção refere-se a acordos particulares entre grupos específicos acerca do uso de certas práticas de procedimentos e atitude, voltado, sobretudo para facilitar a interação social, não sendo aplicado para todo o conjunto da economia e da sociedade.

Cappellin e Giuliani (1999) indicam que embora todas as empresas possuam como característica comum a racionalidade finalizada ao lucro e fundada no cálculo da rentabilidade, elas podem seguir orientações diferenciadas para atingir tal objetivo.

Esta concepção de que a empresa não se constitui mais como uma entidade racionalmente pré-definida, passando a ser permeável tanto aos problemas externos como aos problemas humanos internos à sua organização complexa, é útil para se refletir sobre a mudança de posicionamento do setor empresarial em relação à questão do desenvolvimento sustentável. Existem pressões externas, não só econômicas como também políticas e sociais, para que as empresas incorporem a ótica da sustentabilidade nas suas diretrizes. Desta maneira, pode se afirmar que há um grupo de empresas que reconhece que a empresa deve ter ações positivas não só em relação ao meio ambiente como também com os seus funcionários e a comunidade na qual está inserida.

No entanto, as empresas possuem uma margem de autonomia para reinterpretar as pressões externas a que são submetidas. Como já foi ressaltado, muitas empresas podem não considerar relevante assumir posturas mais preservacionistas na área ambiental, assim como ter ações no campo social. Há, portanto, formas diferenciadas de reação das empresas a esta nova realidade. As empresas podem tanto incorporar estas dimensões da sustentabilidade de maneiras diferentes, como podem até mesmo não aceitar esta concepção como diretriz a ser seguida.

A incorporação da sustentabilidade no universo empresarial vai estar condicionada a vários aspectos como as crenças do próprio dirigente da empresa, a mobilização da sociedade, a influência do mercado nacional e internacional, a atuação do setor público, a pressão de organismos internacionais, entre inúmeros outros fatores de ordem conjuntural.

Na tese de doutorado de Vinha (1999) também está presente esta concepção de que o desenvolvimento sustentável passa a ser interiorizado pelas empresas como uma estratégia de negócio. Segundo ela, já há uma compreensão de que algumas empresas estão realizando modificações culturais e organizacionais incorporando os preceitos do desenvolvimento sustentável.

Na verdade, o grande diferencial do conceito de sustentabilidade no meio empresarial é associar a questão da ecoeficiência com a noção de responsabilidade social corporativa<sup>5</sup>. A empresa considerada sustentável é aquela que procura considerar em suas ações as dimensões econômica, social e ambiental. Em outras palavras, a empresa continua visando o lucro, seu objetivo primordial, só que passa a considerar o impacto de suas atividades no meio ambiente procurando amenizá-las de maneira eficiente, desempenhando ao mesmo tempo ações de cunho social, seja em benefício de seus funcionários ou da comunidade.

## **2 – A questão dos indicadores de sustentabilidade empresarial**

Pinto (2002) destaca que a mensuração da presença de empresas na área de responsabilidade social acabou resultando na criação de indicadores de sustentabilidade social.

“É bem provável que, em futuro muito próximo, as empresas se vejam compelidas a apresentar bons indicadores de sustentabilidade a fim de obter recursos financeiros e parceiros para seus processos econômicos e, com isso, poder galgar novos patamares de rentabilidade”. (Pinto, 2002, p.27)

Defende-se neste trabalho a idéia de que é importante que as empresas divulguem seus dados em relação a suas ações afinadas com os princípios da sustentabilidade sob a forma de indicadores que sejam passíveis de comparação. No entanto, vale chamar a atenção para o fato de que não basta apenas haver uma padronização entre as empresas, os indicadores usados devem ser apropriados, para que se possa avaliar da melhor forma possível as práticas empresariais segundo os preceitos do desenvolvimento sustentável.

A definição de indicador feita por Jannuzzi (2001), ainda que esteja se referindo especificamente a indicadores sociais, pode ser ampliada para se refletir o que seria um indicador de sustentabilidade. Este autor define um indicador social como:

“...uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma”. Jannuzzi (2001, p.15)

“Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes

esferas de governo, possibilitam o monitoramento por parte do poder público e da sociedade civil, das condições de vida e bem-estar da população e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e os determinantes dos diferentes fenômenos sociais observados. De uma perspectiva programática, o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas.” (Jannuzzi, 2002, p.55)

O indicador social precisa ter uma série de propriedades para poder ser empregado na pesquisa acadêmica ou na formulação e avaliação de políticas públicas.

“Além da sua relevância para discussão da agenda da política social, de sua validade em representar o conceito indicado e da confiabilidade dos dados usados na sua construção, um indicador social deve: ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta; ser sensível a políticas públicas implementadas; ser específico a efeitos de programas setoriais; ser inteligível para os agentes e públicos-alvo das políticas; ser atualizável periodicamente, a custos razoáveis; ser amplamente desagregável em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos; gozar de certa historicidade para possibilitar comparações no tempo”.(Ibid., p.56-57)

Entretanto, Jannuzzi ressalta que é muito difícil, perante as características do sistema de produção de estatísticas públicas no Brasil, dispor de indicadores sociais que possuam plenamente todas estas propriedades. Cabe ao analista avaliar os *trade-offs*<sup>6</sup> do uso de diferentes medidas que possam ser construídas.

Segundo Carvalho (2003), os indicadores de desenvolvimento sustentável podem se referir ao planeta, a um país, a uma região, a uma comunidade ou a uma empresa. O elenco de indicadores vai se modificar dependendo do contexto que está sendo considerado. Desta forma, os indicadores de sustentabilidade direcionados às empresas terão características específicas.

A questão da sustentabilidade empresarial pode ter diferentes conotações que dependem em termos acadêmicos, da ótica do autor que trata do tema, ou em termos práticos, do corpo gerencial da empresa que o adota em suas diretrizes.

A questão da responsabilidade social corporativa é transversal à discussão da sustentabilidade e, portanto, de uma forma ou de outra, tratam da mesma temática que é a preocupação por melhores condições de sobrevivência humana, considerando-se também a preservação ambiental. Seja sob a forma de balanços sociais, de relatórios sócio-ambientais, ou ainda de relatórios de sustentabilidade empresariais, o fato é que há no Brasil um número cada vez maior de empresas que divulgam publicamente suas ações no campo social e ambiental. Inclusive o diferencial destes tipos de publicação para os tradicionais relatórios e balanços financeiros está justamente em se referirem às ações empresarias fora do âmbito meramente econômico, passando a considerar também as dimensões sociais e ambientais.

Já existem modelos para orientar as empresas na construção dos seus relatórios com informações sociais e ambientais. No âmbito internacional há o GRI (*Global Reporting Initiative*) e no nacional, os modelos propostos pelo IBASE e pelo Instituto Ethos.

“As áreas das empresas encarregadas da publicação do relatório podem se sentir intimidadas no momento de optar pelo modelo a seguir. De maneira geral, as corporações se defrontam com três opções, cada uma com suas vantagens e desvantagens. O modelo proposto pelo Ibase é simples e conciso, tem sua excelência reconhecida internacionalmente, mas se resume a uma tabela de indicadores. A proposta do Ethos é mais abrangente, privilegia a descrição, embora seja rico em indicadores. No entanto, se apresenta como um estágio introdutório ao modelo internacional da Global Reporting Initiative (GRI). Reconhecido e adotado em todo o mundo, o GRI apresenta cerca de 100 indicadores e vive em constante processo de aperfeiçoamento. (...) Ou seja, não existe um jeito único de se fazer um relatório social. Mas é claro que a padronização facilita as comparações, essenciais para avaliar o estágio da responsabilidade social nas empresas e nos setores da economia.” (Relatório Social, jul 2003, p.7-8)

### **3 – O CEBDS como objeto de estudo**

O CEBDS se constitui em uma entidade sem fins lucrativos formada pela iniciativa privada, em março de 1997, como integrante da rede de conselhos vinculada ao *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*.

O CEBDS representa um órgão empresarial nacional que lidera os esforços para a implementação do desenvolvimento sustentável no país, reunindo no seu quadro de associadas algumas das maiores empresas<sup>7</sup> de capital nacional e internacional que operam no Brasil.

Para esta organização, a questão ambiental está associada às questões econômica e social, sendo estas três dimensões entrelaçadas e inseparáveis. Trata-se de considerar a gestão da sustentabilidade em que as componentes ambientais, sociais e econômicas são tratadas conjuntamente. Para o CEBDS a sustentabilidade empresarial também está pautada no conceito de ecoeficiência e de responsabilidade social corporativa.

O CEBDS exerce a função de interlocutor entre o meio empresarial e o poder público, a academia e a sociedade civil organizada, para abordagens de temas voltados para a sustentabilidade. Esta entidade participa ativamente como representante do setor empresarial em conferências e reuniões que tratam destas questões, atuando também junto ao governo na defesa de iniciativas que beneficiem a implantação deste conceito, além de procurar ter uma relação de parceria com ONGs e universidades.

Segundo Pinto (2002) há no Brasil forças catalisadoras e orientadoras do processo de responsabilidade social junto a empresas, institutos, corporações. Estas forças são os institutos que assessoram, motivam, informam, analisam e, em alguns casos, mensuram todo o conjunto de ações no campo da responsabilidade social. O autor destaca o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) como uma dessas organizações que desenvolvem iniciativas nessa área.

No estudo desenvolvido por Azevedo (2002) abordou-se a mudança de postura empresarial no que diz respeito às questões ambientais e sociais, representada pela existência de uma entidade como o CEBDS no país. A autora acredita que esta entidade, apesar de compor um universo restrito de empresas, pode contribuir para identificar como o setor empresarial no Brasil incorpora o conceito de desenvolvimento sustentável.

Cappellin (e outros, 2001) ressaltam que o enfoque nas associações empresariais possibilita que se conheça melhor os vínculos externos que tornam o empresariado um ator que tem a sua disposição canais institucionais que lhe asseguram a sustentação de suas estratégias individuais. As associações e as entidades de representação empresarial são compreendidas como veículos de intermediação privilegiados nas relações entre os empresários, a sociedade e o Estado.

De acordo com Cappellin (e outros, 2001), as entidades empresariais se manifestam com estratégias simbólicas apropriadas, tanto nas relações com o ambiente no qual se inserem, através de formas específicas de comunicação, quanto pelas atividades e ações com os seus



associados. Há a formação de uma identidade, quando se utiliza nessas dinâmicas internas e externas o uso apropriado de valores, símbolos e referências de comunicação.

A formação desta identidade coletiva contribui para que essas entidades sejam mais eficazes quando corresponde às exigências impostas pelo mercado. Para ter uma maior legitimidade social, as associações empresariais devem passar credibilidade, defendendo metas geralmente aceitas, apoiando-se em ações e atitudes compreensíveis e legítimas. Por isso a importância desta iniciativa do CEBDS de publicar relatórios de sustentabilidade empresarial, demonstrando o engajamento de suas empresas associadas em direção ao desenvolvimento sustentável.

Na verdade, a escolha de se realizar uma avaliação dos indicadores de sustentabilidade empresarial presentes no relatório do CEBDS foi motivada por se considerar ser de grande relevância se ter uma publicação de âmbito nacional nos moldes deste relatório, reunindo numa mesma publicação informações de diferentes empresas dos mais variados setores. Assim, ressalta-se a importância das empresas que se dispõem a participar do relatório procurarem seguir os mesmos padrões para que seus dados sejam passíveis de comparação.

O Relatório de Sustentabilidade Empresarial publicado pelo CEBDS visa divulgar as experiências dos associados da entidade na adoção de processos de gestão ambiental e no engajamento em programas sociais, culturais e educativos. Já foram divulgadas pelo CEBDS quatro edições do Relatório de Sustentabilidade Empresarial. A primeira edição saiu em 1997, a segunda em 1999, a terceira em 2002 e a quarta em 2004.

A terceira edição do Relatório de Sustentabilidade Empresarial do CEBDS publicada em 2002<sup>8</sup> se constitui no objeto deste trabalho por se tratar da edição do relatório mais recente à época em que se iniciou o estudo. Segundo o CEBDS, “instrumento inédito de avaliação dos compromissos e das práticas de desenvolvimento sustentável nas empresas, bem como ferramenta para a promoção desses objetivos, o RSE, já em sua terceira edição, consolida-se como referência de práticas de gestão empresarial com enfoque social e ambiental”<sup>9</sup>.

O Relatório de Sustentabilidade de 2002 foi organizado em dois volumes: Visão Estratégica Empresarial (Volume 1) e Relatório de Sustentabilidade Empresarial (Volume 2).

“Enquanto que o Volume 1, *Visão Estratégica Empresarial*, testemunha a radical mudança de mentalidade no interior das organizações empresariais, além de listar as lacunas a serem preenchidas e as metas a serem atingidas, o Volume 2 traz exemplos e resultados sólidos e concretos da reformatação das estratégias operacionais e de negócios que ocorreu ao longo dos últimos anos. Ao

relatar suas experiências e resultados propiciando um abrangente quadro de parâmetros comparativos, as companhias que participaram do Relatório prestam uma importante contribuição e servem de estímulo para outras empresas que desejam adotar uma estratégia sustentável”.<sup>10</sup>

Assim, o Volume 2 do relatório é que serviu de base para avaliação dos indicadores de sustentabilidade empresarial realizada. Neste volume é apresentado “o relatório de cada companhia com uma mensagem de seu dirigente e uma breve descrição da empresa e de sua visão estratégica, seguidas dos indicadores quantitativos e qualitativos e da descrição de projetos que ilustram a prática da sustentabilidade, dividida em suas dimensões econômica, social e ambiental”.<sup>11</sup>

Deve se destacar o esforço do CEBDS em oferecer um roteiro para ser seguido pelas empresas na estruturação das informações divulgadas no RSE, inclusive sugerindo um elenco de indicadores a serem usados em cada uma das três dimensões (econômica, social e ambiental) e uma padronização a ser adotada<sup>12</sup>. Assim, fica claro que a entidade busca uma padronização mínima nos dados divulgados em seus relatórios, contudo como a participação no RSE é espontânea ficou a cargo das empresas a escolha de quais indicadores seriam utilizados.

Para o CEBDS, através do Relatório de Sustentabilidade Empresarial se demonstra na prática o que suas empresas associadas podem fazer para a implantação do desenvolvimento sustentável no Brasil. Assim, o relatório representa um veículo de divulgação junto ao governo, a sociedade e a classe empresarial, do comprometimento da entidade, bem como de suas empresas associadas, com as questões que envolvem este tema.

Vale ressaltar que a participação das empresas no relatório é voluntária, o que faz com que nem todas as empresas que integram o CEBDS participem da publicação. Tendo como referência o ano de 2002, 63% das empresas associadas ao CEBDS participaram da edição do relatório. Isto representa a adesão de 35 empresas num universo de 56 empresas associadas à entidade neste período.

#### **4 – Avaliação do Relatório de Sustentabilidade Empresarial (RSE) do CEBDS**

Na avaliação<sup>13</sup> do Volume 2 do Relatório de Sustentabilidade Empresarial, divulgado pelo CEBDS em 2002, foram considerados os indicadores presentes nas dimensões econômica, social e ambiental.

O estudo realizado representou uma iniciativa para que se tenha conhecimento de quais indicadores<sup>14</sup> de sustentabilidade foram usados pelas empresas e com que frequência o mesmo indicador foi usado por diferentes empresas, considerando também se estas empresas disponibilizaram dados quantitativos e/ou qualitativos e quais destes tipos de informações foram mais divulgadas.

#### 4.1 – Resultados da avaliação do Relatório de Sustentabilidade Empresarial 2002

- **Dimensão Econômica**

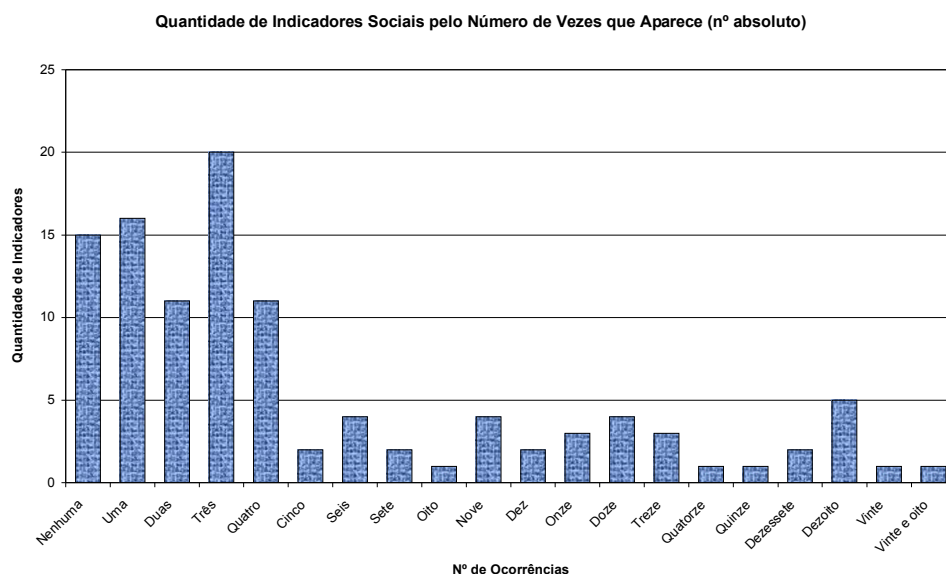
**Gráfico 1**



A dimensão econômica totalizou 31 indicadores. A maioria dos indicadores apresentou um pequeno número de ocorrências. Seis indicadores econômicos apareceram apenas uma única vez. O máximo de vezes que o mesmo indicador foi usado foram quinze vezes, sendo que isto somente ocorreu com dois indicadores, “faturamento bruto” e “lucro operacional”.

- **Dimensão Social**

**Gráfico 2**



Foram contabilizados na avaliação do relatório 109 indicadores sociais. A maior parte dos indicadores encontrava-se entre nenhuma ocorrência e quatro ocorrências. Quinze indicadores possuíam nenhuma ocorrência, o que demonstra que há um número considerável de indicadores que foram citados pelas empresas sem haver informação disponível. O maior número de vezes que um mesmo indicador foi citado foram vinte e oito vezes, contudo isto ocorreu com apenas um indicador, “nº de funcionários/ empregos diretos gerados (nº de empregados)”.

#### • Indicadores Sociais Funcionais, Internos e Externos

A dimensão social também foi subdividida em três seções: indicadores sociais funcionais, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos. Esta subdivisão foi feita porque as empresas, muitas vezes, divulgam suas informações em relação à dimensão social fazendo esta diferenciação. Inclusive esta subdivisão foi proposta no roteiro de elaboração do relatório disponibilizado para as empresas pelo CEBDS<sup>15</sup>. Assim, para uma análise mais apurada do relatório é interessante conhecer quais indicadores foram divulgados em cada uma destas classificações.

Os indicadores funcionais são os dados referentes ao perfil do quadro funcional da empresa. Enquanto que os indicadores sociais internos englobam informações relativas aos investimentos feitos pela empresa em benefício dos funcionários. Já os indicadores externos consideram os investimentos feitos pela empresa voltados para a comunidade<sup>16</sup>.

Há no relatório 59 indicadores sociais funcionais. Do total dos quinze indicadores que possuíam nenhuma ocorrência na dimensão social, onze eram indicadores sociais funcionais. Seis indicadores sociais funcionais apareceram uma única vez no relatório. O indicador que

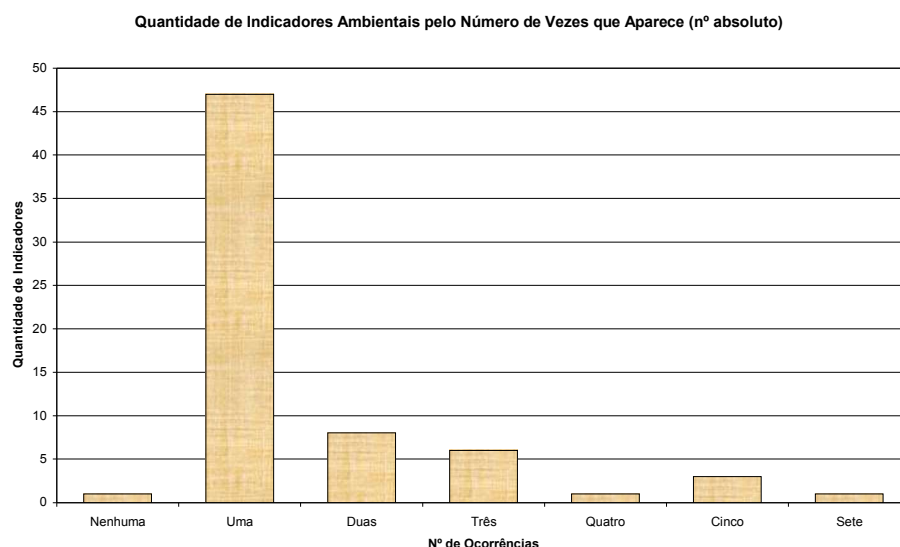
foi citado o maior número de vezes na dimensão social também se caracteriza como um indicador social funcional<sup>17</sup>.

Os indicadores sociais internos foram no total de 27. Dois indicadores sociais internos não possuíam nenhuma ocorrência. Sete dos indicadores sociais internos foram citados por apenas duas empresas. O indicador social interno “saúde/ programas de saúde” foi informado por vinte empresas que participaram do relatório.

Existem disponíveis no relatório 23 indicadores sociais externos. Dois indicadores sociais externos não possuíam nenhuma ocorrência. Treze foi o maior número de vezes que um indicador social externo foi usado pelas empresas participantes do relatório.

- **Dimensão Ambiental**

**Gráfico 3**



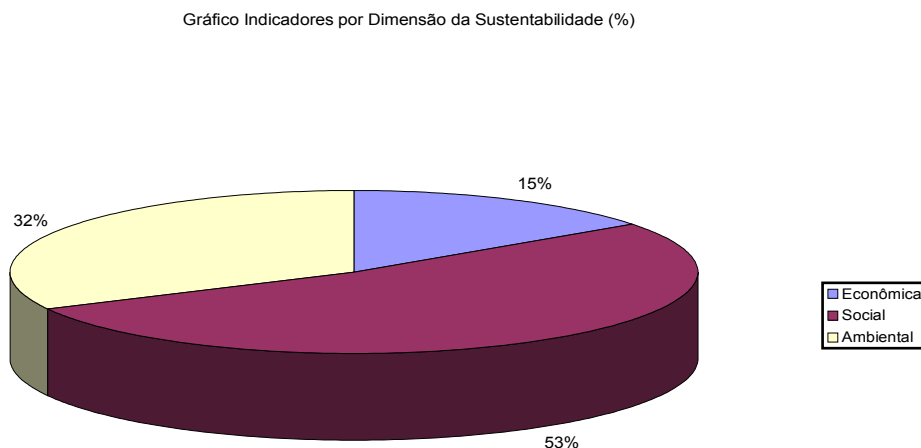
A dimensão ambiental totalizou um total de 67 indicadores. Os indicadores ambientais possuem um reduzido número de ocorrências. Quarenta e sete indicadores ambientais foram usados somente uma única vez. O máximo de vezes que o mesmo indicador ambiental foi usado pelas empresas integrantes do relatório foi sete vezes, isto apenas ocorreu com o indicador “consumo de água”.

- **Quantidade de indicadores nas três dimensões da sustentabilidade**

**Tabela 1 - Quantidade de Indicadores e Dimensões da Sustentabilidade**

Dimensão	Total de Indicadores
Econômica	31
Social	109
Ambiental	67
<i>Total</i>	207

**Gráfico 4 - Indicadores por Dimensão da Sustentabilidade (%)**

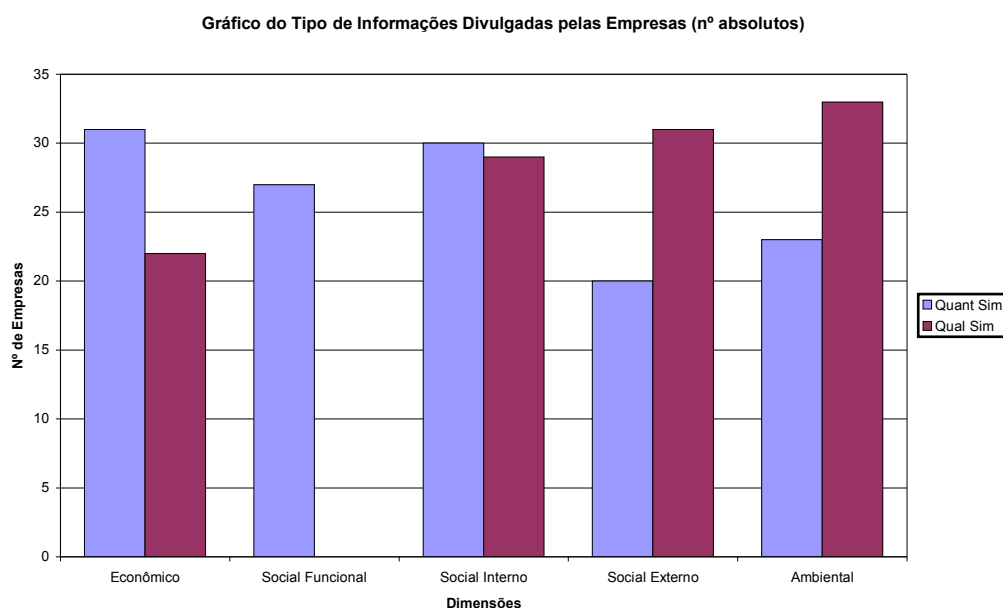


Analisando a quantidade de indicadores que as empresas participantes do RSE divulgaram em cada uma das três dimensões, observou-se que a dimensão social concentrou um pouco mais da metade dos dados disponibilizados no relatório (53% dos indicadores), seguida pela dimensão ambiental (32% dos indicadores). A dimensão econômica foi a com menor concentração de informações, com apenas 15% da totalidade dos indicadores.

- **Tipos de Informações divulgadas pelas empresas**

Para saber quais tipos de informações as empresas presentes no relatório divulgaram, foi feito um levantamento para cada empresa em que foi classificado se elas disponibilizaram informações quantitativas e qualitativas.

**Gráfico 5 - Tipo de Informações Divulgadas pelas Empresas (apenas os dados divulgados)**



Na dimensão econômica a maioria das informações divulgadas foi de cunho quantitativo. Na dimensão social funcional as empresas só divulgam dados quantitativos. Não existe uma diferença muito significativa no tipo de informações sociais disponibilizadas internamente (social interno) pelas empresas. Já em relação à dimensão social externa a maior parte das informações foi qualitativa. O mesmo ocorre na dimensão ambiental, em que também foi encontrado um maior número de informações qualitativas do que quantitativas.

#### • Total de Indicadores por Empresa

Na avaliação feita no Relatório de Sustentabilidade do CEBDS também se contabilizou o total de indicadores divulgados por cada uma das empresas participantes da publicação, o objetivo foi identificar as empresas que informaram o maior número de indicadores de sustentabilidade.

**Tabela 2 - Total de indicadores por empresas**

<b>Empresa</b>	<b>Econômica</b>	<b>Social</b>	<b>Ambiental</b>	<b>Total</b>	<b>Conselho de Administração*</b>
Aracruz	10	32	23	65	x
CST	9	39	8	56	x
CSN	9	30	12	51	x
Copel	6	38	3	47	
Vale do Rio Doce	7	31	7	45	x
Copesul	8	32	4	44	x
Usiminas	11	29	2	42	x
Alcoa	9	31	1	41	
Light	6	26	4	36	
Amanco	10	20	2	32	x
Ipiranga	7	24	0	31	
Varig	7	21	3	31	
Furnas	6	22	2	30	
White Martins	6	23	1	30	x
Petrobras	3	18	5	26	x
Copene	6	10	8	24	
Dannemann	0	24	0	24	
Bayer	3	17	3	23	x
INB	6	15	2	23	
Souza Cruz	4	12	6	22	
Cosipa	6	9	3	18	
Eletronuclear	1	14	1	16	
ABB	3	8	4	15	
Gerdau	4	8	2	14	x
Nestlé	0	14	0	14	
Siemens	4	8	1	13	
Shell	2	10	0	12	x
Copersucar	5	3	0	8	x
3M do Brasil	3	4	0	7	
Organizações Globo	7	0	0	7	x
DuPont	3	3	0	6	
Holcim	3	0	0	3	
Banco do Nordeste	0	0	0	0	
Firjan	0	0	0	0	x
Solvay	0	0	0	0	

\*Empresas que fazem parte do Conselho de Administração do CEBDS.

Observa-se na tabela que as 10 empresas que divulgaram mais indicadores no RSE de 2002 foram, respectivamente: Aracruz, CST, CSN, Copel, Vale do Rio Doce, Copesul, Usiminas, Alcoa, Light e Amanco. Destaca-se o grande número de empresas exportadoras entre as que mais apresentaram indicadores no relatório.

Considera-se positivo o fato das empresas apresentarem um maior número de indicadores. Mais indicadores disponíveis significam mais informações sobre as ações destas empresas em direção a sustentabilidade. No entanto, deve ser avaliada a consistência dos indicadores utilizados por estas empresas. Além do que, é preciso levar em conta ainda que por características setoriais algumas empresas necessariamente terão mais indicadores que outras.

Outro ponto importante que pode ser verificado através da Tabela de Total de indicadores por empresa é a quantidade de indicadores divulgados pelas empresas que integram o Conselho Administrativo do CEBDS. Dentre as 10 empresas que possuem a maior quantidade de indicadores no RSE, 7 fazem parte do Conselho Administrativo. Nota-se



também que existem empresas que integram a Diretoria do CEBDS, mas que não participaram do RSE divulgado em 2002.

Vale destacar que os indicadores foram listados considerando as informações de caráter quantitativo disponibilizadas pelas empresas, utilizando como referência o ano de 2001. Desta forma, o fato de algumas empresas não ter divulgado indicadores mostra que disponibilizaram dados de cunho preponderantemente qualitativo. Estas empresas divulgaram informações numéricas, no entanto optou-se em não considerá-las por uma decisão metodológica<sup>18</sup>.

- **Comparação entre os indicadores sugeridos pelo CEBDS e os indicadores usados pelas empresas no relatório**

Com o objetivo de identificar a adesão das empresas ao roteiro oferecido pelo CEBDS, procurou-se agregar os indicadores usados pelas empresas no relatório com os indicadores sugeridos pelo CEBDS. Assim, os indicadores foram listados considerando-se as denominações similares presentes no relatório.

Desta forma, além das diferentes denominações em que os indicadores sugeridos pelo CEBDS aparecem no relatório, foram identificados os indicadores usados no relatório que não se incluem no roteiro do CEBDS.

Embora o CEBDS sugira no seu roteiro um conjunto de indicadores a ser usado pelas empresas para informar suas ações no campo da sustentabilidade, foi observado que as empresas tratam com diferentes denominações informações que na realidade dizem respeito ao mesmo indicador.

Além disso, são divulgados indicadores que não são sugeridos no roteiro do CEBDS e que se considera importantes para serem divulgados por todas as empresas. É o caso dos seguintes indicadores<sup>19</sup> da dimensão social externa, ou seja, dos indicadores voltados para ações sociais na comunidade: “investimentos em projetos sociais/ comunitários” ou “total das contribuições para a sociedade”, “nº de horas em trabalhos voluntários”, “nº de pessoas atendidas” ou “nº de beneficiários”, e “nº de voluntários na empresa”.

Os indicadores “nº de acidentes”, “participação nos resultados”, “participação nos resultados por empregado”, “taxa de frequência”, “taxa de frequência/ contratadas”, “total de aposentados”, “total de empregados acima de 45 anos”, foram classificados como indicadores sociais funcionais. Entretanto, deve se ressaltar que algumas empresas do relatório os classificam dentre o elenco de indicadores sociais internos.

Assim, o mesmo indicador pode ser classificado em categorias diferentes pelas empresas, ora como indicadores sociais funcionais ora como indicadores sociais internos, o que reforça a importância de haver um padrão na divulgação dos dados.

Outro ponto importante observado é que existem indicadores que foram citados no relatório, mas, no entanto não há nenhuma informação disponível sobre eles. Isto ocorreu nas dimensões social e ambiental.

Na dimensão social com os indicadores: “homens negros e pardos em cargos gerenciais”, “homens brancos em cargos gerenciais”, “mulheres negras e pardas em cargos gerenciais”, “mulheres brancas em cargos gerenciais”, “homens negros e pardos em cargos administrativos”, “homens brancos em cargos administrativos”, “mulheres negras e pardas em cargos administrativos”, “homens negros e pardos em cargos de produção”, “homens brancos em cargos de produção”, “mulheres negras e pardas em cargos de produção”, “mulheres brancas em cargos de produção”, “segurança no trabalho individual”, “segurança no trabalho coletiva”, “lazer e diversão” e “creches”.

Na dimensão ambiental o indicador “disposição adequada/ temporária”<sup>20</sup> foi citado, embora não houvesse informação disponível sobre ele.

Outra questão é que existem indicadores sugeridos pelo CEBDS na dimensão ambiental que não foram abordados por nenhuma das empresas que participam do relatório<sup>21</sup>. Neste caso, deve se considerar que a divulgação de determinado indicador ambiental pode estar diretamente associada à atividade produtiva desempenhada pela empresa.

O fato das empresas muitas vezes não organizarem suas informações quantitativas em formas de tabela prejudicou o levantamento realizado, pois algumas das informações supostamente não cobertas, como por exemplo, os principais projetos ambientais da empresa podem ter sido citados sob a forma de informações qualitativas.

## **Conclusão**

A participação das empresas em relatórios de sustentabilidade, ou até mesmo a divulgação de suas ações nas dimensões ambientais e sociais em seus relatórios individuais anuais deve ser acompanhada de uma preocupação para que os dados divulgados possam indicar de forma satisfatória estas ações. Os indicadores utilizados devem ser escolhidos com critérios para que possam ser passíveis de serem mensurados e comparados.

Fazer com que a prática siga o discurso exige um trabalho exaustivo, diário, complexo – seja pela abrangência do tema, pelas dificuldades em incorporá-lo à gestão ou pelos diferentes interesses

dos públicos envolvidos. Conduzi-lo com eficiência – e com resultados – é o maior desafio das corporações que pretendem provar que a responsabilidade social é, sim, uma questão fundamental de negócio. (Guia de Boa Cidadania Corporativa, 2003, p. 30)

Como já mencionado, a utilização de determinado modelo, seja o do GRI, o do Ibase ou do Instituto Ethos, é uma decisão da empresa. Não obstante, acredita-se que no caso da publicação do CEBDS as empresas participantes deveriam procurar um mesmo padrão, inclusive o próprio CEBDS indica um modelo a ser seguido.

Entretanto, o modelo proposto pela entidade é colocado como uma orientação a ser seguida sem ter um caráter obrigatório. Assim, ainda que se tenha que considerar as especificidades inerentes às diversas atividades produtivas, as empresas precisam estar conscientes da importância de seguirem um mesmo modelo.

É interessante que cada empresa busque seguir um padrão para que as informações divulgadas possam ser usadas não apenas para demonstrar suas ações num determinado ano, mas principalmente, para que essas ações possam ser comparadas ao longo do tempo permitindo não só uma avaliação interna da empresa, como também a realização de comparações entre diferentes empresas. Vale lembrar, que é pré-requisito para se trabalhar estatisticamente com os dados que eles sejam comparáveis, o que implica em terem um padrão. Assim, é válido que as empresas sigam nas edições dos relatórios um mesmo modelo.

Deve se levar em consideração que o número de empresas que participam do relatório do CEBDS ainda é muito pequeno, inclusive se comparando com o universo de empresas que compõem a entidade. Contudo, o fato deste grupo de empresas já procurar seguir um padrão incentiva a outras empresas a publicarem seus dados de forma organizada.

Observou-se com a avaliação<sup>22</sup> do Relatório de Sustentabilidade Empresarial 2002 que não há uma padronização na divulgação das informações. Não há uma base de dados satisfatória, para um acompanhamento da evolução dos indicadores das empresas ao longo do tempo. Na verdade, poucas foram as empresas que divulgaram os indicadores com uma série histórica.

A listagem de indicadores levantados no RSE demonstra que não há uma homogeneidade na escolha dos indicadores usados pelas empresas, havendo diferentes nomenclaturas para o mesmo tipo de informação.

Avaliando-se a distribuição dos indicadores em cada uma das três dimensões da sustentabilidade, percebe-se que a área social concentrou boa parte do número de indicadores, isto é compreensível se pensarmos que ela considera a divulgação de dados funcionais, sociais

internos e sociais externos. No caso dos indicadores ambientais, nota-se que eles são muitas vezes específicos às atividades da empresa<sup>23</sup>. A relação que a empresa mantém com o meio ambiente é diretamente influenciada pela sua atividade produtiva, o que faz com que ela tenha ações direcionadas. Outro aspecto apontado foi o baixo número de indicadores na área econômica, isto talvez possa ser influenciado pela preocupação das empresas em enfocarem nos relatórios de sustentabilidade suas ações no campo social e ambiental, já que as informações econômicas são incluídas normalmente nos seus relatórios anuais.

Outro ponto observado é que nem todas as empresas apresentaram seus dados em números sob a forma de tabelas e/ou gráficos. Na realidade, considera-se que devem ser privilegiadas no relatório tanto informações quantitativas como qualitativas. É relevante a inclusão de informações qualitativas no relatório, além das quantitativas, pois existem dados que contribuem para indicar o engajamento das empresas em direção a sustentabilidade que não são passíveis de mensuração.

A discussão deste estudo gira em torno do fato de que não adianta a empresa meramente apresentar seus dados. A divulgação deve ser feita sob a forma de indicadores que permitam avaliar as ações destas empresas dentro dos princípios da sustentabilidade, por isso a defesa pela padronização dos dados entre as empresas. Acredita-se que o mais apropriado seria procurar uma padronização por setor produtivo, isto facilitaria o monitoramento interno das atividades ao longo do tempo, além da comparação entre as empresas.

Na realidade, a publicação de relatórios de sustentabilidade no Brasil é uma prática recente. As empresas ainda estão num processo de aprendizagem da melhor forma de publicar seus dados. O próprio equilíbrio entre as três dimensões da sustentabilidade é um processo complicado para a empresa. O que ocorre é que, muitas vezes o foco da empresa acaba se voltando mais para a área ambiental ou para área social. Neste processo, o CEBDS pode atuar enquanto entidade de representação empresarial procurando conscientizar as empresas da importância da publicação dos relatórios.

Não se pode deixar de considerar que o CEBDS depende da boa vontade das suas empresas associadas para a realização de um relatório de sustentabilidade empresarial de qualidade. Além do que só participam do relatório as empresas associadas à entidade. Na realidade, o ideal é que houvesse uma iniciativa de uma entidade da natureza do IBGE para realização de um levantamento de indicadores de sustentabilidade empresarial de abrangência nacional.

A empresa que se diz comprometida com os princípios do desenvolvimento sustentável deve também se preocupar em divulgar dados de qualidade sob a forma de

relatórios. Esta é a chance que a empresa tem de mostrar para a sociedade que efetivamente traduz seu discurso em prática, que realmente possui ações concretas com uma preocupação ambiental e social.

Não se pode negar que para a empresa a incorporação do conceito da sustentabilidade em suas diretrizes traz ganhos de imagem. No entanto, este ganho de imagem deve ser uma consequência desta mudança de atitude. Não se pode ter apenas um discurso “politicamente correto”, a empresa também deve ter efetivamente ações neste sentido. E um poderoso aliado para as empresas que transcendem do discurso para a prática, buscando um compromisso efetivo com a mudança, se diferenciarem das empresas que buscam simplesmente uma jogada de marketing é a divulgação de bons relatórios de indicadores de sustentabilidade.

Indo-se mais além nesta questão da realização de relatórios de sustentabilidade empresarial, também se julga interessante que se façam auditorias externas das informações divulgadas, isto seria uma maneira de dar isenção aos dados atribuindo uma maior confiabilidade às empresas.

O fato é que todas as empresas associadas ao CEBDS deveriam participar do Relatório de Sustentabilidade. Como já mencionado, a participação no relatório é voluntária, o CEBDS não tem como política impor caráter obrigatório de adesão das empresas a essa publicação. No entanto, é justamente por não ser obrigatório que o relatório tem tanta importância, sendo um instrumento de veiculação que mostra que as empresas vão além do discurso e mostram na prática que estão mudando. O discurso da sustentabilidade sai da retórica, de uma mera abstração de palavras, para ações concretas em prol do meio ambiente e do bem estar social. É importante que estas ações tenham visibilidade<sup>24</sup>, isto é bom para as empresas e bom para a sociedade. Todos de fato tendem a lucrar.

## Apêndice - Quadro de empresas participantes do RSE 2002

3M do Brasil	Copesul	Ipiranga
ABB	Cosipa	Light
	Dannemann Siemsen Bigler	
Alcoa	& Ipanema Moreira	Nestlé
Amanco	Du Pont	Organizações Globo
Aracruz Celulose	Eletronuclear	Petrobras
Banco do Nordeste	Firjan	Shell
Bayer	Furnas	Siemens
Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST	Gerdau	Souza Cruz
Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	Grupo Solvay Mercosul	Usiminas
		Companhia Vale do Rio
Copel	Holcim (Brasil)	Doce
	Indústrias Nucleares	
Copene	Brasileiras – INB	Varig
Copersucar		White Martins

## Referências

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ARNT, Ricardo. O esperanto da sustentabilidade. **Revista Exame**, 11 de junho de 2003.

AZEVEDO, Ana Luísa V. de. **Empresas e o desenvolvimento sustentável no Brasil**: um estudo sobre o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). 2002. 180 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. O Setor Empresarial e a Questão do Desenvolvimento Sustentável no Brasil. In: Encontro Bienal da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, V., 2003, Caxias do Sul. **Anais Eletrônicos...** Campinas: Unicamp, 2003. Disponível em: <http://www.nepam.unicamp.br/ecoeco/>.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de Sustentabilidade Empresarial no Brasil**: uma avaliação do Relatório do CEBDS. 2004. 185 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais – Área de concentração em Pesquisas Sociais e

Amostragem), Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro.

CAPPELLIN, Paola e GIULIANI, Gian Mario. Os herdeiros: estudo de caso das empresas de porte médio da região serrana do estado do Rio de Janeiro. In: KIRSCHNER, Ana Maria e GOMES, Eduardo R. **Empresa, empresários e sociedade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p. 278 – 300.

CAPPELLIN, Paola; GIULIANI, Gian Mario; MOREL, Regina; PESSANHA, Elina. Organizações empresariais em face da Responsabilidade Social das Empresas no Brasil. In: SILVA, César Augusto T.; FREIRE, Fátima de Souza (organizadores). **Balanço Social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de. Dimensões do Desenvolvimento Sustentável. **Jornal dos Economistas**, novembro de 2003.

GARCIA, Joana. **O Negócio do Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GUIA DE BOA CIDADANIA CORPORATIVA, Exame Edição Especial, 2003.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil – Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações**. Campinas: Editora Alínea, 2001.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP**, Rio de Janeiro, 36 (1) : 51-72, Jan / Fev. 2002.

LIMA-E-SILVA, Pedro Paulo; GUERRA, Antonio J. T.; MOUSINHO, Patrícia (organizadores); BUENO, Cecília *et al* (autores). **Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais**. Rio de Janeiro: Thex Editora, 1999.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. **Gestão Cidadã: ações estratégicas para a participação social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RELATÓRIO de Sustentabilidade Empresarial. Rio de Janeiro: CEBDS, 1997.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, 1999.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, 2002.

RELATÓRIO SOCIAL, Report – Relatórios Sociais, ano 1, n. 1, Julho de 2003, 18 p.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. 5ª. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1989.

VINHA, Valéria Gonçalves da. **A convenção do desenvolvimento sustentável e as empresas eco-comprometidas**. 1999. 291p. Tese de Doutorado - Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. As empresas e o desenvolvimento sustentável: da eco-eficiência à responsabilidade social corporativa. In: MAY, Peter; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p.173 – 196.

<http://www.cebds.com>

<http://www.wbcsd.ch>



<sup>1</sup> Como modelos existentes pode-se citar o GRI, os elaborados pelo IBASE e pelo Instituto Ethos.

<sup>2</sup> Este artigo foi baseado na dissertação de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais (área de concentração em Pesquisas Sociais e Amostragem), defendida em novembro de 2004, na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentada com o mesmo título deste artigo, sob a orientação do Prof. Paulo Gonzaga M. de Carvalho. A banca examinadora foi composta pelos professores Valéria da Vinha, Paulo M. Jannuzzi, Carmem Feijó e Paulo Gonzaga M. de Carvalho (orientador).

<sup>3</sup> Foram feitas entrevistas no CEBDS, com Fernando Almeida (Presidente Executivo) e Marcia Drolslagen (Assessora Técnica da Presidência Executiva); na Companhia Vale do Rio Doce, com Vânia Velloso (Analista de Projetos de Meio Ambiente, trabalha como assessora de Maurício Reis no Departamento de Gestão Ambiental e Territorial); na Alcoa, com Karina Serra (Engenheira de Saúde, Segurança e Meio Ambiente); e com Amélia Gonzalez (Editora do Caderno Razão Social do Jornal O Globo).

<sup>4</sup> Passivo ambiental é “o valor monetário, composto basicamente de três conjuntos de itens: o primeiro, composto das multas, dívidas, ações jurídicas (existentes ou possíveis), taxas e impostos pagos devido à inobservância de requisitos legais; o segundo, composto dos custos de implantação de procedimentos e tecnologias que possibilitem o atendimento às não-conformidades; o terceiro, dos dispêndios necessários à recuperação de área degradada e indenização à população afetada. Importante notar que este conceito embute os custos citados acima mesmo que eles não sejam ainda conhecidos, e pesquisadores estudam como incluir no passivo ambiental os riscos existentes, isto é, não apenas o que já ocorreu, mas também o que poderá ocorrer.” (Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais, 1999)

<sup>5</sup> Para uma visão mais detalhada do conceito de responsabilidade social das empresas ver Garcia (2004). Esta autora ressalta a importância da diferenciação dos conceitos de responsabilidade social das empresas e de filantropia empresarial.

<sup>6</sup> Em economia, expressão que define situação de escolha conflitiva, isto é, quando uma ação econômica que visa à resolução de um determinado problema traz inevitavelmente consequências negativas em outro. (Dicionário de Economia, 1989)

<sup>7</sup> Pode ser consultado no *site* da entidade o nome das empresas que são suas associadas. O endereço eletrônico é [www.cebds.org.br](http://www.cebds.org.br).

<sup>8</sup> Os nomes das empresas participantes do RSE 2002 encontram-se no apêndice.

<sup>9</sup> Trecho adaptado da Apresentação do Relatório de Sustentabilidade Empresarial 2002.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Para a entidade, a estrutura do relatório deve ser flexível, respeitando as particularidades de cada empresa. No entanto, considera que o mesmo setor empresarial deveria adotar parâmetros e unidades de maneira semelhante. O CEBDS indica que o relatório deve ter como foco o ano de 2001, incluindo o acompanhamento da evolução num período de pelo menos cinco anos. Foi recomendado ainda, que os dados fossem apresentados de preferência sob a forma de gráficos e/ou tabelas. A moeda adotada na versão em português foi o Real.

<sup>13</sup> Os procedimentos utilizados para a avaliação das informações do relatório encontram-se detalhados na dissertação de Mestrado que originou este artigo.

<sup>14</sup> A listagem dos indicadores presentes no relatório encontra-se disponível na dissertação de Mestrado da autora.

<sup>15</sup> Os indicadores sociais externos foram denominados pelo CEBDS como indicadores sociais na comunidade.

<sup>16</sup> Estes tipos de informações também são divulgados por algumas empresas como “indicadores sociais na comunidade”, “projetos sociais na comunidade”, “distribuição dos investimentos em projetos e ações comunitárias”. Contudo, na avaliação do relatório todos estes dados foram classificados como indicadores sociais externos.

<sup>17</sup> O indicador “nº de funcionários/ empregos diretos gerados (nº de empregados)” foi citado por vinte e oito empresas.

<sup>18</sup> A Firjan, o Banco do Nordeste e a Solvay divulgam algumas informações quantitativas, mas estes dados referem-se a atividades muito específicas destas empresas, por isso não foram consideradas.

<sup>19</sup> Alguns destes indicadores também apresentaram mais de uma nomenclatura.

<sup>20</sup> Este indicador constitui um item da “Destinação dos co-produtos/ resíduos”.

<sup>21</sup> Isto acontece, por exemplo, com vários itens do tópico “redução no consumo de materiais”.

<sup>22</sup> Ressalta-se que com este estudo não se esgotam todas as questões que o tema suscita. Até pela limitação de tempo disponível para o desenvolvimento do trabalho, não foi feita uma análise dos indicadores usados pelas empresas, avaliando se eram apropriados ou não.

<sup>23</sup> Contudo, é preciso levar em consideração que ao mesmo tempo em que estes não podem ser incluídos na gama de indicadores gerais constituem importante ferramenta para a empresa fazer seu monitoramento interno.

<sup>24</sup> Amélia Gonzalez (editora do Caderno Razão Social do Jornal O Globo) defende a idéia de que as empresas deveriam publicar também estas informações na imprensa. Ressalta, entretanto, que neste processo as pequenas e médias empresas levam desvantagem uma vez que a divulgação de relatórios de sustentabilidade representa um ônus para a empresa. Destaca, inclusive, que há uma preocupação cada vez maior das empresas com a estética destes relatórios. Vânia Velloso (Companhia Vale do Rio Doce) também chama atenção para a aparência cada vez mais sofisticada dos relatórios sociais e ambientais.